

Justiça determina reabertura de escolas

Gilberto Leite



Fechadas há cerca de um ano e seis meses, as escolas da rede municipal de Cuiabá devem reabrir as portas para receber os estudantes em atividades presenciais a partir da próxima semana. É o que determinou a juíza Gleide Bispo da Silva, da Vara Especializada da Infância e Juventude, proferida na terça-feira (31) nos autos de uma ação movida pelo Ministério Público Estadual (MP-MT). A magistrada impôs ainda uma multa diária de R\$ 100 mil caso a Prefeitura não reabra as escolas no dia 8 de setembro

PÁG. 4

Com novo aumento, botijão de gás deve chegar a R\$ 125 em Cuiabá

A conta de energia elétrica não será a única a subir neste mês de setembro. O gás de cozinha, botijão de 13 kg, começa a ser entregue pelas distribuidoras para as revendas com aumento de cerca de 8%, o que deve fazer o preço de revenda chegar a R\$ 125 nas distribuidoras de Cuiabá. O reajuste é conhecido e já esperado pelas distribuidoras, já que ele é feito sempre no mês de setembro. Por meio de nota, a Ultrazag ressaltou que o aumento anual está previsto em contrato e visa repor o aumento dos custos da empresa, como a folha salarial

PÁG. 6

Apagão não está descartado em Mato Grosso, afirma secretária

Pixabay



A crise hídrica que tomou conta do país coloca Mato Grosso entre os estados que podem ser atingidos por um iminente apagão. O alerta é da secretária estadual de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti, que chancelou as afirmações feitas pelo ministro Bento Albuquerque, de Minas e Energia, sobre o risco de apagão em todo o país. A secretária conversou com jornalistas no Palácio Paiaçu, oportunidade em que comentou sobre a atual situação dos reservatórios de água de Mato Grosso. Mauren detalhou que a Sema tem acompanhado o monitoramento da Usina do Manso. Segundo ela, o Rio Cuiabá só está com volume considerável devido ao monitoramento constante da vazão da usina

PÁG. 5

Seca atinge o Cerrado e impacta o turismo

A seca que atinge o Cerrado mato-grossense fez áreas turísticas do Lago do Manso aumentarem em mais de 100 metros as faixas de areia. O fenômeno é acompanhado de perto por moradores e empresários da região, que relatam presença, pela primeira vez em 21 anos, o recuo das águas. A redução do nível das águas fez aumentar o risco de navegação de alguns pontos da área alagada não desmatada, com o aparecimento de troncos de árvores e ilhas submersas

PÁG. 8

Estrada Verde vai sair do papel

Sonho antigo dos moradores de Poconé e Corumbá (MS), a 'Estrada Verde' que ligará as duas cidades pode finalmente sair do papel. O projeto foi debatido por lideranças políticas dos dois estados, que demonstraram consenso pela abertura da nova rota turística através do coração do Pantanal. Além de ser uma opção para o ecoturismo, a estrada encurtará a distância entre as duas cidades em mais de 800 quilômetros. Para deixar o papel, a estrada depende apenas da construção de uma ponte sobre o Rio São Lourenço, além da abertura do trecho entre Corumbá e Porto Joffre

PÁG. 3

Gilberto Leite



"Novo Ensino Médio melhorará formação"

Escolas públicas e particulares de Mato Grosso já estão caminhando com o planejamento para iniciar o 'Novo Ensino Médio' a partir do ano letivo de 2022. As principais mudanças são a ampliação da carga horária dos estudantes, que saltará de 800 para 1.000 horas anuais. Com mais de 40 anos à frente do ensino, o Colégio Isaac Newton (CIN) não deve ter problemas neste sentido. O colégio já está aplicando as novas diretrizes do MEC e pretende avançar com essas mudanças

PÁG. 6

Motoristas de app têm isenção do IPVA

Os motoristas de aplicativos que são proprietários de veículos que utilizam Gás Natural Veicular (GNV) estarão livres do pagamento do IPVA e taxas de certificações. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e outras taxas aplicadas pelo Detran-MT devem gerar uma economia de até R\$ 1,6 mil aos trabalhadores do volante, sem contar o alívio no preço do combustível

PÁG. 7

Gilberto Leite



EDITORIAL

Um salto para o futuro

Setembro pode ser um mês muito auspicioso para Mato Grosso e para todo o Brasil. Não por causa das manifestações de 7 de Setembro, mas por causa do trabalho árduo feito no setor de logística para viabilizar a construção das tão necessárias ferrovias. Na sexta (3), nosso estado viveu um dia histórico, com a abertura dos envelopes de propostas da empresa interessada em construir os trilhos que vão ligar Rondonópolis a Cuiabá e Lucas do Rio Verde. Um sonho antigo de todos os mato-grossenses que se

tornará realidade nos dias vindouros.

Os primeiros benefícios socioeconômicos da construção da Ferronorte já devem ser sentidos em menos de dois anos, mas a locomotiva pode levar cerca de três anos até finalmente chegar a Cuiabá com seu primeiro carregamento. No cronograma preliminar, a previsão é de que o terminal de Cuiabá seja concluído até o 2º semestre de 2025, enquanto o da região de Lucas do Rio Verde deverá ser finalizado até o 2º semestre de 2028. Antes disso, porém, os terminais intermedi-

ários já estarão funcionando, levando desenvolvimento aos municípios vizinhos.

Estimativas iniciais apontam que cerca de 235 mil empregos serão criados durante os sete anos de obras da Ferronorte, resultado de um investimento de aproximadamente R\$ 12 bilhões. Como a obra é de total responsabilidade do setor privado, não deve haver atrasos sistemáticos ou abandonos, o que infelizmente é uma praxe no setor público. A empresa responsável já tem experiência no setor. Opera em outros 11 terminais de transbordo e seis portuários, além de administrar cerca de 14 mil quilômetros de ferrovias no Paraná, Santa Catarina,

Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e Tocantins.

Em duas semanas, teremos mais um grande dia para a logística estadual. Está prevista para o dia 17 de setembro a assinatura da ordem de serviço para construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, que ligará Mato Grosso à 'espinha dorsal' do sistema ferroviário brasileiro. Desta vez, a perspectiva é que os trilhos cheguem por Água Boa, na região do Araguaia, levando o desenvolvimento para a região que é considerada a nova fronteira agrícola de Mato Grosso.

As ferrovias são máquinas de progresso, como a própria

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888



história nos mostra. Exemplos não faltam por todo o mundo, embora ainda faltem no Brasil. Ainda assim, é preciso destacar que as regiões mais desenvolvidas do país são justamente aquelas que têm maior presença do modal ferroviário. Eis que, finalmente, começamos a interiorizar o desenvolvimento e daremos, em breve, um salto para o futuro.

Fatos reais

Gisele Nascimento (*)

Fato é que existem severas críticas acerca do Sistema Previdenciário Brasileiro, e no que se refere à qualidade do atendimento do INSS, então, nem se fala, todavia, o direito à seguridade social é direito fundamental do indivíduo, formado pelo tripé: saúde, previdência e assistência social.

Seguindo, o que tenho visto, é que o que você tiver que fazer que faça agora/hoje, seja na relação – cliente/advogado – seja, em qualquer outra relação da vida, tendo em vista que nunca mais vou me esquecer, de um atendimento que fiz na casa de uma senhora, relativamente, jovem, que era à provedora da família, que naquele dia dispunha apenas de feijão para alimentar à família no almoço, me pediu ajuda, dei-lhe o que tinha no momento, e nessa mesma madrugada ela teve um enfarte fulminante, vindo à óbito no mesmo instante.

Esse caso muito me marcou, mas, igualmente, já aconteceram vários outros, vez que advogar no direito previdenciário, lida-se, constantemente, com idosos, doentes, deficientes físicos e mentais, etc.

Então, é natural lidar com a morte de pessoas/clientes, o que me coloca em constante reflexão sobre a vida e seus mistérios. Me lembro de um dia, em que falava acerca dos direitos previdenciários para um grupo de pessoas, no interior do Estado, e o telefone de uma delas tocou, e veio à notícia do falecimento de seu ente querido, de forma que ela se deitou no chão, descontroladamente, e chorou a dor daquela perda, copiosamente, e, eu no exercício da minha profissão, me deitei no chão com ela, e abracei em silêncio.

Ali não existia mais a Gisele advogada, existia apenas uma pessoa, tentando ajudar a outra. Fraternidade!

O restante do meu dia foi de pura reflexão e agradecimento ao Governador Espiritual, pela oportunidade de trabalhar, de poder, minimamente, ajudar os usuários do direito previdenciário, muitos baixa renda, que vivem desses benefícios assistenciais do governo.

Um dia desses recebi uma crítica estranha de uma pessoa que me disse: "você tem pensamentos esquisitos", isso porque, eu falava com ela, sobre a necessidade de olhar empático. Veja!

O direito previdenciário, por intermédio do BPC/LOAS, benefício por incapacidade temporária (auxílio-doença), benefício por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez), auxílio-maternidade, pensão por morte, aposentadoria por idade rural (principalmente para os trabalhadores rurais), reabilitação profissional, etc, leva esperança, e dignidade para muitos, diminuindo a pobreza e desigualdades sociais, que repousa no ideário do bem-estar e justiça social, em face do Estado Democrático Direito.

Contudo, nem sempre tais direitos são reconhecidos de imediato, ficando o segurado no limbo previdenciário, surgindo o advogado, que é indispensável à administração da Justiça, sendo o responsável direito para garantir e legitimar a realização dos direitos sociais fundamentais, de acordo com o que estabelece à Carta da República Federativa do Brasil.

A verdade, é que o mundo lá fora e muito cruel com algumas pessoas! A vida é cheia de acontecimentos, imprevisíveis, incertos e inesperados. Por isso, temos que mergulhar fundo em busca de entendimento, não podendo nos livrar da leveza de viver também

para fora, sendo certo que cada pessoa teve à sua própria versão acerca das vicissitudes da vida.

Embora, se lida com situações dramáticas e histórias chocantes de pessoas que não têm amparo algum, ser advogado previdenciarista é muito gratificante, vez que consegue levar aos desamparados, alimento, saúde, segurança, liberdade, ordem econômica, expectativa e confiança, de acordo com os princípios da inclusão social.

De maneira, que não dá para viver ilhado nos seus próprios pensamentos, sem olhar para lá, criando conceitos de certo e errado, e pior, achado que o errado é o certo, como fez parecer aquele alhures que me criticou, até porque a vida não nos é entregue em kits personalizados como nas procurações ou petições iniciais, sendo o dia de amanhã, uma verdadeira e assustadora incógnita.

O que acontece com o outro, que possa vir a te interessar?

GISELE NASCIMENTO é advogada.



Reflexão e Exigência

Lourenbergue Alves (*)

O jogo político é um jogo bruto, desleal e desigual. Alguns atores se destacam mais, e outros, nem tanto assim. Há também os que servem de coadjuvantes, até para darem corpo ao encenado. Mesmo estes se valem de todas as armas que possuem, ainda que não sejam as mesmas dos protagonistas, os quais igualmente se beneficiam com as ações de quem têm papéis secundários. Espetáculo montado. A plateia se delira. Vai ao júbilo. Mais a um canto, talvez em lugar estratégico, se acomodam os críticos. Pouquíssimos, mas atentos a toda a movimentação. Nem tudo, porém, se dá a olhos nus. Muita coisa passa despercebida (não deveria) pela imensa maioria da população. O acontecido deixa seus rastros, é verdade, os quais se perdem em meio ao nevoeiro formado pelo "jeitinho", pavimentado pela mentira, com o uso de instituições tidas como de Estado, em proveito de um grupo político. Artimanha antiga. Bastante utiliza-

da em séculos passados. Reprisada atualmente. Embora haja quem duvide, e ao duvidar-se, traz a tona questionamentos necessários, o que abre uma discussão importante: a necessidade de autonomia dos integrantes de cada corporação para escolherem seus próprios chefes, sem o crivo dos governantes.

Isto é uma exigência da democracia. Não dá mais para protela-lo, ou ignorá-lo. Não dá mais para deixar de ver o óbvio: o uso das corporações com fins político-eleitorais. A propósito, segundo a imprensa, no dia 24 de agosto do corrente ano, em entrevista a uma emissora de rádio, o delegado de Polícia Civil Flávio Stringueta teria dito: "Conversei com os delegados... Pelo que me disseram na época, pode ter havido uso político e hoje também,... e a gente sabe que há um racha entre o governador e o prefeito. Então, pode sim até para prejudicar o prefeito talvez". Em momento anterior, na CPI do Covid-19, senadores estranharam o fato de que alguns depoentes, nas vésperas de seus

depoimentos, tenham se tornados investigados pela Polícia Federal. Valendo-se desta condição, claro, eles, os depoentes, recorreram ao STF para ficarem calados diante dos interrogatórios na CPI do Senado. E mais, antes e depois, de acordo com a imprensa, oficiais das Forças Armadas presentes em manifestações políticas. O que lhes são vedados pelo regimento e pela Constituição Federal. Também contrários ao próprio caráter das Polícias, bem como ao estatuto do Estado, militares a se posicionarem a favor ou contra determinados agentes políticos e públicos. Nenhum deles foi punido.

A impunidade é mesmo o cancro que cala o país. País dividido, massacrado pela desigualdade social e pela intolerância, somado a taciturnidade do Procurador-geral da República. Tudo isso é preocupante. Mas acontecem. Não deveriam acontecer, caso os legisladores tivessem, de fato, conjugados um verbo imprescindível: legislar, além do fiscalizar. São fissurados em emendas parlamentares. Falam dela

e as distribuem em suas bases eleitorais, depois cobram em dobro por elas.

As emendas são moedas de troca do presidente da República e dos governadores. Estes somente as liberam para pagamentos depois de terem recebidos o que compraram: votos a favor de seus projetos nos Parlamentos. É o chamado toma lá, dá cá. Disfarçado de governabilidade. Ainda que não seja. Congressistas batem cabeças, naufragados pelas ondas de uma legislatura que se vem colocando como a pior do que a passada. Incapazes e sem qualquer interesse em discutirem o que deveriam discutir, e decidirem por criarem regras e normas para a eleição dos chefes das instituições de Estado, até para que estas se tornem, de fato, de Estado, e não de governos. É isso.

LOUREMBERGUE ALVES é professor universitário e analista político.



O poder é d'Ele

Francisney Liberato (*)

Que cada pessoa ore a Deus com fervor e abandone os seus maus caminhos e as suas maldades! Jonas 3:8

Quando criança, lembro-me de um desenho que eu gostava muito de assistir. O personagem principal se chamava He-Man. Tem até música feita para o personagem que foi gravada pelo grupo Trem da Alegria, que dá muita ênfase no poder do herói.

No desenho, a parte que eu mais apreciava era o momento em que ele

dizia: "Eu tenho a força!". Seus músculos eram de aço, ele lutava pela justiça e era invencível. Eu saía correndo e gritava: "eu tenho a força!". Pensava que iria mudar a minha performance, entretanto, nada mudava, e eu continuava com a mesma força.

A força do personagem vinha de dentro dele. Ledo engano. A cabeça de menino não entendia o que realmente estava acontecendo. Já adulto, entendo perfeitamente que a nossa força não vem de dentro de nós, mas sim de um Ser supremo.

Na história de Jonas, o profeta fujão, encontramos a clara compreensão do que estamos falando. O poder vem de Deus e não há nenhum ser humano e nenhuma criatura capaz de se assemelhar a Ele.

A missão do profeta era pregar em Nínive, contudo, desobedecendo à ordem de Deus, fugiu para se esconder em outra cidade, cujo nome era Tarsis. Ao se opor à vontade de Deus, Jonas, nas entrelinhas, estava afirmando que Deus não tinha poder sobre ele. E que Deus não podia fazer milagres e conversões nas vidas dos cidadãos de Nínive.

O que chama atenção é que estamos apresentando a história de um profeta que não acreditava no Poder de Deus. Imagine nós seres humanos mortais! Mas a lição do passado vem ao presente para nos dizer: aprendam a lição. A ordem de Deus deve ser cumprida, pois Ele nos capacitará para tal missão. Não olhe para dentro de si, como no desenho He-Man. O seu foco deve ser Cristo.

Hoje, se olharmos para as nossas vidas, certamente fracassaremos e ficaremos desanimados, uma vez que somos pecadores. E se tivermos a tentação de concentrar as nossas vidas nas mãos de outros indivíduos, é certo que também fracassaremos.

No livro de Jonas 3:2; 5, temos a seguinte redação: "Apronte-se, vá à grande cidade de Nínive e anuncie ao povo de lá a mensagem que eu vou dar a você. Então os moradores de Nínive creram em Deus e resolveram que cada um devia jejuar". Ao ouvir a mensagem de Jonas, dada por Deus, os moradores da cidade se converteram e se arrependeram dos seus pecados,

e a viagem teve êxito. Enfim, a cidade não foi destruída, como Deus tinha dito, devido ao arrependimento do seu povo.

O poder é d'Ele! Como seres humanos, às vezes, temos dificuldade de entender essa verdade. Jonas foi apenas um instrumento nas mãos de Deus. He-Man optou por ter o poder dentro de si. Nós temos a possibilidade de buscar o poder em Deus ou tentar com as nossas próprias forças conseguir resolver os dilemas da vida, mas saiba que tudo nesta vida gera consequências.

A história de Jonas é clara: o poder é de Deus. Não importa se você é inteligente, rico, influente, está na mídia, tem os melhores relacionamentos etc., nada disso serve quando estamos com Jesus. Nas dificuldades e intempéries desta vida, Ele é o único que pode nos ajudar e nos salvar.

FRANCISNEY LIBERATO é Auditor Público Externo do Tribunal de Contas de Mato Grosso. Escritor, Palestrante, Professor, Coach e Mentor. Mestre em Educação pela University of Florida. Doutor em Filosofia Universal Ph.D. Honoris Causa. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Membro da Academia Mundial de Letras. Autor dos Livros: "Mude sua vida em 50 dias", "Como falar em público com eficiência", "A arte de ser feliz", "Singularidade", "Autocontrole", "Femenal", "Reinvente sua vida" e "Como passar em concursos – Vol. 1 e 2" e "Como falar em público com excelência". www.francisney.com.br



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

7 DE SETEMBRO

Mauro destaca que policiais são proibidos por lei de participar de atos políticos e diz acreditar que instituições são maduras o suficiente

“Não existe risco à democracia”

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888**FARMÁCIA****Unimed**
Cuiabá

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) afirmou não acreditar em risco de retrocesso à democracia do país. Em rede nacional, ele classificou o risco anunciado como mentiras, as fake news. Mendes afirmou que as pessoas precisam se dedicar mais ao trabalho em vez de procurar confusão.

Durante a entrevista, o governador foi questionado sobre a possível participação de policiais militares nos manifestos de 7 de setembro. A data, que se comemora o Dia da Independência, será marcada por vários encontros de apoiadores favoráveis e contrários ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

“A legislação é muito clara no nosso Estado de que os policiais são vedados de participar de

manifestações de caráter político. Então, acredito que os militares têm consciência disso, não é uma legislação que eu fiz, que tenha sido feita agora... Todo mundo [precisa] trabalhar mais e parar de arrumar confusão porque isso não é bom para o Brasil e para os brasileiros”, disse na entrevista.

Apoiadores de Bolsonaro continuam a acreditar que, caso o presidente não seja reeleito, o país corre risco de ter um regime comunista. Já os opositores devem protestar contra a política adotada pelo governo federal frente a pandemia, cujas mortes são atribuídas pelo grupo ao presidente Jair Bolsonaro, que adotou medidas negacionistas desde a chegada do novo coronavírus no país.

Mauro Mendes disse que o país não corre riscos de ter um retrocesso e que a democracia foi algo conquistado ao longo dos anos. Ele chegou a citar a ditadura militar, que durou 20 anos, e afirmou que ela não foi boa para ninguém.

“Nesse momento cria-se muitos mitos, muitos fantasmas, está se inventando muita



Mauro destaca que instituições brasileiras são maduras e não permitirão retrocesso democrático

coisa, muita fake news nas redes sociais. Não existe risco de comunismo, não existe risco de a gente ter retrocessos. Eu, pelo menos, não vejo isso. É um país maduro, instituições maduras, a sociedade brasileira é madura. Exista muita fake news rodando por

aí e gente alimentando isso”, detalhou o governador.

Em Cuiabá, o principal ato a favor do presidente está marcado para ser realizado na Praça das Bandeiras, enquanto o já tradicional “grito dos excluídos”, dos opositores do presidente,

deve se reunir em uma praça no bairro Jardim Vitória.

Temendo um possível confronto entre apoiadores, o governador solicitou ao secretário de segurança pública, Alexandre Bustamante, para que seja feita uma operação e garantir a

segurança durante o feriado prolongado, principalmente durante o dia 7 de setembro que estão marcados vários atos espalhados pelo país.

A operação atua com mais de 780 policiais e 365 viaturas nas ruas, além do policiamento ordinário.

MUDANÇA DE MODAL

“Críticos do BRT ignoram nossas peculiaridades”

Da redação

Nos próximos dias, a população de Cuiabá e Várzea Grande terá acesso ao anteprojeto do Veículo de Trânsito Rápido (BRT), que poderá ser implantado pelo governo de Mato Grosso nas duas maiores cidades do estado. A informação foi confirmada pelo secretário adjunto de Gestão e Planejamento da secretaria de Infraestrutura da Sinfra, Rafael Detoni, em entrevista na manhã de quarta-feira (10), que destacou também que a população terá acesso às definições através de audiências públicas pro-

gramadas para os próximos dias 16 e 17 de setembro.

De acordo com o adjunto, o próximo passo é fazer a licitação para pôr o projeto em execução. Ele ainda explicou que neste momento, o governo trabalha para superar as questões burocráticas que evoluem a implantação do modal. Porém, ainda é necessário um estudo de viabilidade técnica que mostra como o BRT ou qualquer outro será colocado no trânsito.

“O que vai ser apresentado na audiência pública é exatamente esse projeto. Como vai ser a

inserção do BRT dentro de Cuiabá e Várzea Grande. Quais as expectativas, qual o modelo tecnológico, qual é o tipo de veículo, como vai ser o processo de integração, qual a expectativa de tempo de viagem, frequência de ônibus (...) isso vai ser apresentado nessa audiência pública”, cita.

Mesmo com a situação encaminhada para uma definição final, ainda há diversas críticas sobre o assunto que gerou e ainda gera uma grande polêmica, visto que muitos grupos sociais ainda preferem o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

Um deles é o Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários (Simefre), que no início deste ano fez um pedido formal de informações sobre os elementos que guiaram a decisão do Executivo pela troca do modal de mobilidade urbana na Grande Cuiabá, de VLT para BRT.

Recentemente, o grupo cobrou novamente explicações do Estado sobre supostas irregularidades na definição do modal, alegando como uma das justificativas que há uma falta de critérios técnicos e até

mesmo jurídicos sobre essa substituição. Sobre isso, Rafael classifica a denúncia como algo repetido.

“É uma manifestação deles (...) mas o que eles trazem é o mais do mesmo. Eles se manifestaram à época da consulta pública em que foram apresentados todos os estudos sobre a decisão tomada pelo governador Mauro Mendes. Eles participaram, fizeram contribuições, fizeram perguntas, foram todas respondidas naquele momento”, pontua.

Para o secretário, as questões apresentadas pelo grupo não condi-

zem com o contexto regional das cidades onde o modal vai ser apresentado e sim nacional “não consideram algumas particularidades ou peculiaridades que a gente tem na região metropolitana, a gente aceita as opiniões e as críticas”.

Por fim, ele ainda citou que o VLT estava incluído dentro de um contrato ‘viciado’, por estar incluído várias ações judiciais, o que o tornou obsoleto. Essa foi, de acordo com o secretário, uma das diversas justificativas para que o governo “entrasse” a obra.

ROTA TURÍSTICA

Poconé e Corumbá se unem pela Estrada Verde

Assessoria



Audiência pública contou com a presença de comitiva de Poconé, que sonha com a Estrada Verde

Gabriel Soares

Sonho antigo dos moradores de Poconé e Corumbá (MS), a ‘Estrada Verde’ que ligará as duas cidades pode finalmente sair do papel. O projeto foi tema de uma audiência pública realizada na última quarta-feira (10) em Corumbá e é consenso entre todos os presentes. A nova rota é vista como uma opção para alavancar o turismo no Pantanal, ao mesmo tempo em que encurta a distância entre as duas cidades em mais de 800 quilômetros.

Para deixar o papel, a estrada depende apenas da construção de uma ponte sobre o Rio São Lourenço, além da abertura do trecho entre Corumbá e Porto Joffre, que tem 177 quilômetros. Com isso, a distân-

cia entre Corumbá e Poconé será de apenas 324 quilômetros. Para se ter uma ideia da magnitude do projeto, a delegação de Poconé percorreu 1.237 quilômetros para participar da audiência.

Foram mais de 16 horas de viagem, iniciada na terça-feira (31) e concluída somente na quarta (10), após pernoite em Aquidauana/Anastácio. “Essa ligação vai encurtar a distância e o tempo de viagem”, observou o prefeito Tatá Amaral (DEM), de Poconé.

Amaral se mostrou confiante de que as autoridades públicas se unirão para concluir esse projeto, principalmente o governo de Mato Grosso, que já tem sinalizado de forma positiva com a recuperação da Estrada Parque que liga Poconé a Porto Joffre.

“São 147 quilômetros com 121 pontes. Eram todas de madeira, mas o governo já está substituindo por pontes de concreto e até o final de 2022, 98 delas estarão concluídas, o que já será um grande avanço, eliminando um problema antigo”, disse.

Segundo Tata, o próximo passo é trabalhar junto ao governo e ao Legislativo de Mato Grosso para a construção da ponte sobre o Rio São Lourenço, o que permitirá a ligação definitiva com a estrada que será aberta pelo governo de Mato Grosso do Sul.

“Deixaremos de ser fim de linha que é o nosso maior problema. Essa ligação com Corumbá será de extrema importância para o nosso desenvolvimento”, destacou.

O principal ponto da audiência foi a questão

ambiental, principalmente para a abertura dos 177 km que ficam do lado de Mato Grosso do Sul. Autoridades presentes elencaram as dificuldades em se implantar uma estrada passando pelo Taquari e apontaram que outros trajetos estão sendo projetados pelo governo do estado.

Apesar dos entraves, foi unânime a percepção de que a construção da Estrada Verde irá trazer benefícios para todos os envolvidos. O principal aspecto é a possibilidade de desenvolver o ecoturismo, já que o traçado passará no coração do Pantanal e encurtará o trajeto entre as duas cidades, consideradas paradas obrigatórias para quem quer conhecer o bioma.

Com assessoria

VOLTA ÀS AULAS

Juíza vê diferença no tratamento das redes pública e privada em Cuiabá e determina reabertura, sob pena de multa de R\$ 100 mil

Justiça manda reabrir escolas

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

Fechadas há cerca de um ano e seis meses, as escolas da rede municipal de Cuiabá devem reabrir as portas para receber os estudantes em atividades presenciais. É o que determinou a juíza Gleide Bispo da Silva, da Vara Especializada da Infância e Juventude, proferida na terça-feira (31) nos autos de uma ação movida pelo Ministério Público Estadual (MP-MT).

A magistrada impôs ainda uma multa diária de R\$ 100 mil caso a Prefeitura não reabra as escolas a partir da próxima quarta-feira, 8 de setembro. A decisão é embasada no decreto municipal nº 8.315/2021 e na lei estadual 11.367/2021, que classificou as atividades escolares como essenciais, permitindo que as escolas permaneçam

abertas com pelo menos 30% da capacidade.

“[...] não há justificativa para tamanha discrepância de tratamento entre os dois públicos, tendo em vista que, como já salientado, a rede privada de Ensino em Cuiabá foi autorizada a retornar as atividades presenciais desde setembro de 2020, para a educação infantil, e desde março de 2021, para os demais níveis, conforme os Decretos Municipais nº 8.084/2020 e 8.315/2021 do próprio Município de Cuiabá, enquanto os alunos da Rede Pública Municipal, permanecem sem aulas presenciais”, afirmou.

O documento cita ainda que é classificada como uma situação ‘controversa’ o fato de a Prefeitura autorizar o funcionamento de outras atividades não-essenciais e liberar até mesmo as aulas da rede privada, ao mesmo tempo em que não permite a reabertura das escolas públicas municipais.

“Tal situação é ainda mais evidenciada quando se observa que todos os setores da sociedade no Município de Cuiabá estão em funcionamento presencial, inclusive

atividades não essenciais, a partir do Decreto Municipal nº 8.388 de abril de 2021, além das escolas particulares, que estão oferecendo aulas presenciais com autorização do próprio Município de Cuiabá”, destacou.

A magistrada afirmou ainda que o adiamento consecutivo do retorno das aulas presenciais e a diferenciação adotada entre estudantes da rede pública e privada evidenciaram um suposto abuso cometido por parte do Poder Público Municipal, o que invoca a necessidade de intervenção do Judiciário para evitar mais prejuízos aos estudantes.

Conforme a liminar, somente em caso de necessidade epidemiológica comprovada o município deverá “suspender, primeiramente ou conjuntamente”, todas as atividades não essenciais, priorizando a manutenção da abertura das escolas públicas municipais de Cuiabá, na qualidade de atividade essencial, não sujeita à suspensão ou à interrupção, na forma da lei estadual 11.367/2021.

Até o momento, conforme atualização registrada nesta terça, Cuiabá



Ao determinar reabertura, juíza destacou tratamento diferenciado entre redes pública e privada de ensino em Cuiabá

já registrou 106.508 casos de Covid-19, desses, 101.000 foram recuperados, 1.813 estão sendo monitorados e 285 pessoas estão internadas. Desde o início da pandemia, a Capital já registrou 3.399 óbitos residentes (que aconteceram em Cuiabá).

OUTRO LADO - Por meio de nota, a Prefeitura de Cuiabá informou que desconhece a deci-

são judicial e que já planejava, por conta própria, promover o início das atividades presenciais, no modelo híbrido, a partir de 4 de outubro. Afirma ainda que decidiu adiar o retorno das aulas presenciais até a vacinação de todos os profissionais da educação com as duas doses da vacina contra covid-19, o que deve ocorrer até o dia 1º de outubro.

“Reitera que o entendimento pela manutenção das atividades remotas, sempre respaldou-se no intento de salvar e preservar vidas já que o universo na educação municipal abarca a 54 mil alunos matriculados, com cerca de 7,3 mil profissionais o que representa um enorme quantitativo de pessoas em um mesmo ambiente”, diz trecho da nota.

AUDITORIA NO TCE

Pedro Taques deixou dívidas de R\$ 34 mi na Saúde

Gabriel Soares

Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) constatou que a gestão de Pedro Taques deixou cerca de R\$ 34 milhões em dívidas devido ao atraso nos repasses para os hospitais regional de Alta Floresta, Colíder e Sorriso, além do Metropolitano, em Várzea Grande. As unidades se encontravam sob ocupação da Secretaria de Estado de Saúde (SES) entre 2014 e 2017. O resultado da auditoria foi apresentado na sessão de terça-feira (31).

De acordo com o relator, conselheiro Antonio

Joaquim, o objetivo da auditoria era esclarecer se as unidades estavam sendo impactadas pela intervenção do Estado e pela descontinuidade no financiamento estadual do Sistema Único de Saúde (SUS).

A primeira irregularidade constatada diz respeito à utilização de CNPJ das Organizações Sociais de Saúde (OSS) sem fundamentação, seja legal, jurisprudencial ou nos princípios da Administração Pública.

“A gestão estadual expôs as referidas unidades a processos judiciais e possíveis restrições cadastrais decorrentes de inadim-

plência junto a fornecedores e prestadores de serviços e passivos trabalhistas, o que ocasiona dificuldade de operacionalização e paralisação de atividades”, explicou.

Além disso, a secretaria estabeleceu o prazo máximo de 180 dias para a duração das intervenções nos hospitais, mas prolongou essa ocupação por até seis anos, por meio de portarias. A auditoria revelou ainda que servidores da SES integravam o quadro de sócios de empresas contratadas.

DÍVIDAS - Joaquim apontou que, como consequência da ocupação desordenada e da má

gestão, o Hospital Regional de Sorriso contraiu débito de R\$ 8,2 milhões junto a fornecedores e prestadores de serviços.

“O atraso no repasse dos recursos agravou mais ainda a situação, acarretando a suspensão de atendimento médico à população, baixa qualidade dos serviços de saúde ofertados, atraso salarial, atraso de pagamento aos fornecedores, e precariedade dos vínculos celetistas dos profissionais de saúde, tendo em vista que muitos ainda possuíam relação com as organizações sociais anteriormente parceiras”, disse o relator.

Problemas semelhantes foram constatados em todas as unidades. No caso de Colíder, consta nos autos que, entre 2014 e 2016, foram inscritos em restos a pagar R\$ 7,4 milhões. Os relatórios do hospital também apresentam o valor de R\$ 9,3 milhões referentes a dívidas liquidadas e não pagas entre 2013 e abril de 2017.

No Hospital Metropolitano, foram encontradas dívidas de R\$ 5,4 milhões até abril de 2017, o que levou à suspensão de cirurgias, diagnósticos e desativação de leitos de UTI. Já no Hospital Regional de Alta Floresta, apurou-se

uma inadimplência de R\$ 3,7 milhões até abril de 2017.

“Nota-se, por todo o exposto, sem qualquer dúvida, o caos que se estabeleceu na gestão da saúde do Estado de Mato Grosso”, pontuou o relator.

Joaquim votou por determinar que a atual gestão da Pasta informe, no prazo de 30 dias, qual é a atual situação dos hospitais auditados, confrontando com os achados de auditoria da época, assim como que apresente, no prazo máximo de 60 dias, o plano de ação para implementação das recomendações feitas pelo TCE.

MANOBRAS

Deputados esvaziam sessão e votação de LDO é adiada

Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Max Russi (PSB) citou que na terça-feira (31) uma possível manobra para que a sessão fosse esvaziada. A ação seria uma estratégia para os parlamentares votarem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) somente na próxima sessão, marcada para o dia 09 de setembro.

Max explicou que esse adiamento não está travando nada em termos de investimentos. Ele ainda assegurou que essa prorrogação permite que o tema passe por mais debates. Russi des-

taçou a importância da matéria, já que ela define os encaminhamentos do governo.

“Hoje não teve quórum e tinha um quórum apertado com 13, 14 deputados e tinha votação de vários destaques, mais de 60 que foram pedidos pelos deputados. Digamos que de certo modo teve [articulação] sim, pois, como o quórum era apertado e qualquer voto contrário seriam rejeitados esses destaques, ficou acordado que seria votado na próxima sessão com a presença de no mínimo 20, 21 deputados sejam discutidos [destaques]”, explicou Max.

O presidente detalhou que os destaques são emendas rejeitadas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que os parlamentares buscam resgatar para discussão no plenário, numa tentativa de salvá-las.

Em relação a votação aconteceu somente na próxima quinta-feira, o presidente da Assembleia detalhou que devido ao feriado de 7 de setembro que acontece em uma terça-feira, corria o risco de alguns parlamentares do interior não chegarem a tempo na quarta-feira, e por isso, a sessão foi marcada para quinta-feira.

RECUARAM

CPI do Gás perde apoio e naufraga na Assembleia

Da redação

O deputado estadual Gilberto Cattani (PSL) viu sua proposta de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o alto preço do gás naufragar na sessão de terça-feira (31). O parlamentar havia anunciado que conseguiu apoio de ampla maioria dos deputados, mas foi surpreendido com a retirada de alguns apoios.

Ainda assim, Cattani afirma que continuará pleiteando a abertura da CPI.

“Sabemos a vontade de alguns deputados retirarem os seus nomes da assinatura e é um direito de cada deputado,

não tenho nada a declarar sobre a retirada. Porém, eles não estão retirando [os nomes] contra o deputado Cattani, eles estão retirando contra aquelas pessoas que estão pagando R\$ 14,0 no botijão”, disse.

O presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB), falou que não existe nenhuma articulação contra a CPI e ressaltou que atualmente existem 3 investigações em andamento. Segundo ele, é preciso concluí-las antes de iniciar uma nova.

“Não é só abrir a CPI, tem que avançar, tem que ter resultados positivos e punitivos. Isso que defendemos dentro do Parlamento. Não ha-

vendo assinaturas, o deputado Cattani vai continuar com o seu trabalho, pois tem feito uma atuação importante. Se tiver no mínimo 16 deputados e ver que vale a pena a Assembleia abrir, vai ser feito”, explicou Russi.

Cattani argumentou que a CPI não foi instaurada porque ele apresentou um requerimento errado e garantiu que irá refazê-lo para apresentar na próxima sessão.

“Temos que investigar o porquê temos o gás mais caro do país. Concordo que muitas CPIs não levam a nada, mas essa aqui, se for instalada, garanto que não vai acabar em pizza”, concluiu.

CRISE HÍDRICA

Diante do baixo nível do reservatório do Manso, Sema tenta equilibrar a necessidade de abastecimento de água com a geração de energia

Apagão não está descartado em MT

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

A crise hídrica que tomou conta do país coloca Mato Grosso no balaio de estados que podem ser atingidos por um iminente apagão. O alerta é da secretária estadual de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti, que cancelou as afirmações feitas pelo ministro Bento Albuquerque, de Minas e Energia, sobre o risco de apagão em todo o país. A secretária conversou com jornalistas na manhã de quarta-feira (10) no Palácio Paiaguás, oportunidade em que comentou sobre a atual situação dos reserva-

tórios de água de Mato Grosso.

“Se nós tivermos um apagão, ele vai ser para o país todo e não temos um benefício em relação a isso. Então é um risco que o Brasil todo corre, se não tiver condição de suprir essa baixa na geração de energia, por conta de os reservatórios estarem abaixo dos níveis normais, é o que vamos ter que conviver. Todos os nossos reservatórios estão abaixo [da expectativa], basta ver que Manso está 5 metros abaixo do que era esperado”, disse a secretária.

Ainda sobre a situação da usina de Manso, Mauren detalhou que a Sema tem acompanhado o monitoramento da Furnas. Segundo ela, o Rio Cuiabá só está com volume considerável devido ao monitoramento constante da vazão da usina.

Lazzaretti ainda afirmou que a Sema chegou a agir em sentido contrário à recomendação



Segundo a secretária, Rio Cuiabá só está com volume considerável devido ao monitoramento constante da vazão da usina

da Organização Nacional do Sistema Elétrico (ONS), responsável pelo controle de operação elétrica no país, para garantir a reserva de água no estado.

“O objetivo maior era garantir o abastecimento de água, mas a seca atinge a todos os setores e não só esse reservatório, mas todos os reservatórios do

Brasil estão sofrendo com essa seca extrema. É algo que a gente monitora com uma certa cautela para não causar um outro prejuízo”, explicou.

CORTES E DEMISSÃO

MP vai punir servidores que recusarem a vacinação

Da redação

O procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, publicou na segunda-feira (30) um ato administrativo que obriga os servidores do Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT) a se vacinarem contra a covid-19. A normativa prevê uma série de punições aos servidores que deixarem de se imunizar, incluindo a demissão no caso dos comissionados.

Os membros e servidores efetivos do MP não poderão realizar trabalho remoto. Caso não se vacinem para retornar ao trabalho presencial, eles ficarão sujeitos a processo administrativo que poderá impedir o recebimento dos salários até a regularização da situação vacinal. Também há pos-

sibilidade de aplicação de outras sanções disciplinares.

Já os servidores comissionados que não se vacinarem contra a covid-19 serão exonerados. Servidores como estagiários, terceirizados, prestadores de serviço voluntário e colaboradores serão desligados do MP.

O acesso às dependências e sede do Ministério Público Estadual agora está condicionado à imunização, observadas as etapas de vacinação dos respectivos municípios em que os integrantes estão lotados. A norma determina ainda que, no prazo de 15 dias, todos deverão apresentar ao Departamento de Gestão de Pessoas o Certificado Nacional de Vacinação, disponível pelo aplicativo Conecte SUS.

COMPROVAÇÃO - Para comprovar que estão vacinados, os procuradores e promotores de Justiça deverão encaminhar o Certificado Nacional de Vacinação para a Gerência de Membros para o e-mail peessoasmembros@mpmt.mp.br. Os servidores devem entrar em contato através do e-mail peassoasservidores@mpmt.mp.br, enquanto os estagiários e prestadores de serviço voluntário deverão regularizar a situação junto à Gerência de Desenvolvimento, através do e-mail desenvolvimento@mpmt.mp.br.

Eventuais justificativas para os que não tenham completado o ciclo de vacinação deverão ser feitas através de um formulário específico, disponível em <https://forms.office.com/r/yLhHbjFgPU>.

FALTA DE PROVAS

CNJ arquiva processos contra dois juízes de Mato Grosso

Da redação

Os magistrados Olinde Altomare Castrillon e Luiz Fernando Voto Kirche, titulares da 11ª Vara Cível e 5ª Vara de Família de Cuiabá, respectivamente, tiveram os seus processos disciplinares arquivados pelo pleno do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), composto por quinze conselheiros.

Olinde e Luiz foram denunciados por má conduta e relações não recomendadas com outros advogados e questionavam a nomeação de administrador judicial. A ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura decidiu monocraticamente pelo arquivamento da Reclamação, por considerar falta de mínimas provas

das acusações atribuídas aos magistrados investigados.

Após a ministra decidir pelo arquivamento, os advogados Ricardo Gomes de Almeida e Luiz Alberto Derze Villalba Carneiro entraram com um recurso no pleno do CNJ, que foi julgado no dia 27 de agosto, que foi rejeitado por unanimidade.

A juíza Olinda relatou que nenhum valor pecuniário poderá recompor o desgaste e humilhação que ela sofreu. A magistrada ainda disse que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT) já havia decidido por sua inocência com serenidade e que durante esse período recebeu apoio da Associação Mato-Grossense dos Magistrados (AMAM).

CONSTRUÇÃO DE PCHS - Mauren explicou que existe na Sema um projeto para a construção de seis pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e está sobrestado.

A suspensão foi devido à Secretaria estar aguardando um estudo da Agência Nacional de Águas (ANA). O estudo segundo Mauren, foi finalizado pela ANA e, com base nos dados, a Sema avaliaria a autorização ou não para a construção das PCHs.

“Temos também uma decisão judicial da Vara Especializada de Meio Ambiente que também que a gente analisasse apenas quando tivesse estudo da ANA e vamos aguardar o momento oportuno para fazer análise, considerando todos os dados que nós temos a respeito dos dados de quais são os possíveis impactos e também com a máxima transparência”, concluiu Mauren.

PRESSÃO NO MINISTRO

“Não fizeram mais que a obrigação”, diz Padeiro

Da redação

Secretário estadual de Infraestrutura, Marcelo Padeiro disse que os três senadores de Mato Grosso - Carlos Fávaro (PSD), Jayme Campos (DEM) e Wellington Fagundes (PL) - fizeram apenas sua obrigação ao defender a agilidade do chamamento público para construção da primeira ferrovia estadual em Mato Grosso.

O projeto, que é considerado um exemplo nacional, correu o risco de ter seu cronograma modificado e até inviabilizado após o ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, encaminhar uma medida provisória (MP) ao Senado para criar a concessão por autorização na legislação federal. Esse modelo é o mesmo que foi utilizado para viabilizar a ferrovia

estadual, o que devolveria a responsabilidade sobre o projeto da Ferronorte ao governo federal, começando o trâmite da concessão, que já está nas etapas finais.

“Eles estão em Brasília para defender os votos que receberam e lutarem pelo estado, então eles não fizeram mais que a obrigação deles como defensores do Estado de Mato Grosso, como homens públicos que foram eleitos para trazer o desenvolvimento para o estado de Mato Grosso”, disse.

Apesar de dizer que os senadores apenas cumpriram o papel para o qual foram eleitos, o secretário agradeceu Fávaro, Jayme e Wellington e disse que a luta deles, significou a representatividade. Horas antes de a MP ser encaminhada ao plenário do Senado, o trio

mato-grossense chegou a criticar a postura do ministro Tarcísio, que representava um duro golpe à ferrovia estadual.

Jayme Campos chegou a classificar a atitude do ministro como “mau-caratismo” e explicou que se o chamamento público fosse alterado, ele e outros parlamentares, se uniriam para pedir ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM), a devolução da MP ao governo.

“Não é possível um ministro de Estado vir aqui, discutir com vários senadores e, na calada da noite, fazer modificação de medida provisória. Isso chama-se, na minha visão, mau-caratismo. Não vamos admitir que nada interfira nessa obra, que é tão importante para o desenvolvimento social de Mato Grosso”, disse Jayme, na ocasião.

Como resultado da intervenção dos senadores, um acordo de cooperação técnica foi assinado na noite de quinta-feira (2), garantindo 100% de segurança jurídica para a construção da ferrovia estadual. O governador Mauro Mendes (DEM) viajou a Brasília para assinar pessoalmente o termo de compromisso.

“Esse acordo vai garantir segurança jurídica total para esse processo e nós estaremos juntos, se Deus quiser, daqui a alguns dias, algumas semanas, assinando o contrato e dando ordem de serviço para mais de 700 km de trilhos. Até que enfim as ferrovias em Mato Grosso e no Brasil inteiro estão saindo”, disse Mauro.

Após o problema ser resolvido, o ministro da Infraestrutura garantiu apoio total à construção



Padeiro destaca que senadores foram importantes para viabilizar Ferronorte, mas “só fizeram seu trabalho”

da ferrovia estadual e afirmou que esse traçado vai trazer muitos benefícios à população.

“Mato Grosso está sendo pioneiro nisso, que é o processo de autorização ferroviária. O Estado está muito perto de

finalizar o chamamento público para a ferrovia. Sem dúvida nenhuma vai aumentar a oferta ferroviária e isso vai diminuir o custo logístico. Ganha Mato Grosso, ganha o Brasil e a gente está muito satisfeito”, concluiu.

PESANDO NO BOLSO

O botijão de 13 kg, começa a ser entregue pelas distribuidoras as revendas com aumento de cerca de 8%, já que ele é feito sempre no mês de setembro

Gás de cozinha chega a R\$ 125

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

A conta de energia elétrica não será a única a subir a partir de quarta-feira, 1º de setembro. O gás de cozinha, botijão de 13 kg, começa a ser entregue pelas distribuidoras as revendas com aumento de cerca de 8%, o que deve fazer o preço de revenda chegar a R\$ 125 nas distribuidoras de Cuiabá.

O reajuste é conhecido e já esperado pelas distribuidoras, já que ele é feito sempre no mês de setembro. A Ultragas, por meio de nota, ressaltou o aumento anual, previsto em contrato, sobre os preços de revenda do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

Segundo a empresa, esta revisão decorre dos impactos inflacionários na estrutura de custos da companhia, além do aumento de despesas de folha de pagamento em razão da data-base de setembro.

“Este último período foi especialmente impactado pela alta da inflação em diversos componentes importantes dos custos ope-

acionais, tais como aço, tinta, diesel, energia elétrica, entre outros. Diante deste cenário e buscando equalizar o aumento de custos de forma equilibrada, a Ultragas informa que será realizado um incremento no preço de fornecimento do GLP a partir de 03/09/2021”.

Já a empresa Copagaz encaminhou um comunicado a seus revendedores citando também a revisão anual. No caso, a empresa fixou o reajuste em R\$ 7,42 a partir de 1º de setembro.

REPASSE PREVISTO - Santiago tem uma revendedora no bairro São Francisco e já está ciente do aumento no preço do botijão. À reportagem, ele detalhou que recebeu a informação de que o reajuste oscile entre R\$ 5,20 e R\$ 5,80, dependendo da distribuidora.

“Olha, ficamos sabendo do aumento esses dias. Não podemos negar que isso vai gerar impacto, né?! Eu creio que o preço aqui na Capital vai variar de R\$ 120,00 a R\$ 125,00. Já no interior pode ser mais caro, porque isso irá agregar frete, distância e isso tudo agrega valor”, disse ele.

Já Nilce Lopes, dona de uma pequena revenda no bairro Imperial, até o momento não sabia sobre o aumento. Porém, ela enfatiza que - confirmado o aumento - o impacto no comércio complicará ainda mais a atual situação.



O aumento de cerca de 8% será repassado e o preço de revenda pode chegar a R\$ 125 nas distribuidoras

“Se isso for verdade, será uma notícia triste para gente. A cada dia que passa tudo aumenta, é luz, água, comida, e agora o gás. Nós precisamos de um preço que consigamos trabalhar, ainda mais nessas regiões mais pobres da cidade. Toda vez que o preço sobe, as pessoas pensam que somos aqui revendedores que estamos subindo o preço e não é bem assim. Precisamos nos manter também, temos custos e o valor que ganhamos na venda do gás não é tão alto”, disse.

SOFRIMENTO À MESA - A reportagem também conversou com a dona de casa Lidiane Tolentino, cuja duração do botijão é de cerca de 30 dias. Ela conta que em sua última compra desembolsou R\$ 103 e que agora, com a notícia do novo aumento, o desespero começa a tomar conta.

“Não sabia do aumento, semana retrasada paguei R\$103,00, e só de pensar que quando eu for comprar de novo vou pagar R\$ 125,00 é muito, imagina só o tanto

de conta que tem para pagar, fazer mercado tá caríssimo e ainda ter que pagar mais de R\$ 100,00 de gás, não sei nem onde vamos parar”, disse a dona de casa.

SEM CONHECIMENTO OU CULPA - O Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindicagás) emitiu nota afirmando desconhecer a informação de aumento no gás GLP em setembro, e ressalta que o preço do produto é livre em todos os elos da cadeia, podendo sofrer

variações - acréscimo ou redução - de maneira não uniforme. Ele também afirmou que os preços praticados pelas revendas ou ainda pelas distribuidoras associadas não são reportados à entidade.

“As oscilações de preços do GLP são acompanhadas pelo Sindicagás exclusivamente por consulta a fontes oficiais, como a pesquisa de monitoramento de preços da Agência Nacional de Petróleo (ANP), os estudos publicados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ou ainda, dados públicos do Ministério de Minas e Energia (MME)”, diz o documento.

Já o Governo do Estado se pronunciou para ressaltar que não é o responsável pelo alto preço do botijão em Mato Grosso, cujo preço é apontado como o mais alto do país. O governador Mauro Mendes (DEM) destacou que a tributação do estado é de 12%, sem qualquer aumento da alíquota nos últimos anos.

O documento ainda diz que a composição do preço do gás de cozinha em Mato Grosso é de 12% de ICMS; 38,7% da revenda e lucro pelas distribuidoras; e 49,3% é o valor cobrado pela Petrobrás. A margem de lucro bruta praticada pelas empresas em Mato Grosso é de R\$ 38, enquanto a média nacional é de R\$ 20, diz a nota.

SETE DE SETEMBRO

Caminhoneiros de MT marcham a Brasília para manifesto nacional

Da redação

Caminhoneiros de Mato Grosso vão se unir ao protesto nacional convocado para o dia 7 de setembro, terça-feira, quando se comemora a Independência do Brasil. A informação foi confirmada por lideranças do movimento dos caminhoneiros em Mato Grosso. Além de manifestações em várias cidades, os caminhoneiros estão preparando comitativas para participar do ato nacional em Brasília (DF).

O caminhoneiro Edgar Laurini, presidente da Associação dos Caminhoneiros de Tangará da Serra, os motoristas não vão fazer uma paralisação total na terça, como já fizeram em outras ocasiões. Eles pretendem se unir à manifestação nacional e apresentar algumas reivindicações próprias para defender nessa ‘caminhada’ a Brasília. Questões que Edgar pontuou como essenciais para a classe.

Laurini explica que a ideia é fazer primeiro um ‘trabalho de conscientização’, que poderá ser estendido para uma parada nos trabalhos em outra data futura, que ainda não foi agendada pelo setor.

“Nós fizemos um acordo com o pessoal

do agro, que a gente vai junto para Brasília. Lá nos dias 7, 8 e até dia 9 a gente vai estar lá. Se não tiver nada lá solucionado, aí sim vai ter uma paralisação (...) Nós teremos três ônibus [de Tangará] para Brasília”, explicou.

Edgar pontua que, apesar de os caminhoneiros terem sido convidados pelo setor do agro mato-grossense e outros grupos de direita para estarem à frente das manifestações, essa ‘luta’ é de todo o povo. “Está em todo o Brasil. Eles querem ir lá fazer a reivindicação deles lá (...), brigar com o STF, dar apoio ao presidente, mas apoio ao presidente mesmo”.

O representante dos caminhoneiros de Tangará citou ainda que os caminhoneiros tem outras pautas próprias para defender nessa ‘caminhada’ a Brasília. Questões que Edgar pontuou como essenciais para a classe.

“A gente tem umas reivindicações nossas, como o salário base e aposentadoria do motorista. Pedágio no estado de Mato Grosso, que é cruel e está acontecendo coisas absurdas aqui. Então, nós vamos brigar por uns três ou quatro itens aí, mas tudo depois

dessa nossa ida a Brasília”, afirmou.

CARAVANAS E PROTESTOS - Conforme os relatos preliminares, ao menos 45 ônibus devem sair de Mato Grosso em direção a Brasília, partindo de diversas cidades - Rondonópolis, por exemplo, terá oito ônibus. Além de caminhoneiros, essas caravanas serão compostas por empresários, políticos e agricultores.

Uma reunião foi marcada para a sexta-feira (3) à noite, em Cuiabá, para acertar os detalhes da mobilização. O deputado federal José Medeiros (Podemos), um dos mais ferrenhos apoiados do presidente Bolsonaro em Mato Grosso, está organizando a mobilização, com apoio da bancada bolsonarista na Assembleia Legislativa.

Além dessa carreta, que terá o destino principal o Palácio do Planalto, estão previstas manifestações em Cuiabá, Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Cáceres e Rondonópolis, entre outras cidades. As principais bandeiras do movimento são o impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e a defesa do voto impresso.

EDUCAÇÃO EM PAUTA

“Novo Ensino Médio vai reforçar a formação emocional do estudante”

Da redação

Escolas públicas e particulares de Mato Grosso já estão caminhando com o planejamento para iniciar o ‘Novo Ensino Médio’ a partir do ano letivo de 2022, como determinado pelo Ministério da Educação (MEC). As principais mudanças são a ampliação da carga horária dos estudantes, que saltará de 800 para 1.000 horas anuais. Com isso, o período total de aulas nos três anos que compõem o segundo grau passará das atuais 2.400 horas para 3.000 horas nas salas de aula.

Com uma caminhada de mais de 40 anos à frente do ensino, que vai do maternal até os que sonham em entrar em uma universidade, o Colégio Isaac Newton (CIN) não deve ter problemas neste sentido. O colégio já está aplicando as novas diretrizes do MEC e pretende avançar com essas mudanças, que buscam aperfeiçoar o aprendizado dos estudantes do ensino médio.

Em entrevista ao Estado Mato Grosso, o diretor-executivo da instituição, Leopoldo Bertholdo, pontua que as mudanças deveriam ter sido aplicadas já no começo de 2021, mas o calendário foi prejudicado pela pandemia do coronavírus. Com o advento da vacina e a redução do risco de contágio pela covid-19, que permitiu a volta dos

alunos às salas de aula, o ‘novo’ irá chegar.

“A partir de 2022 o primeiro ano passa a ter 200 dias letivos, iguais a esse ano, porém com mil horas de aula e não mil horas-aula. Agora este ano, as aulas podem ser de 40 a 45 minutos, mas a partir do ano que vem as aulas terão que ter 50 minutos de duração”, pontua.

Outra mudança que ocorrerá e irá afetar positivamente os estudantes, segundo Bertholdo, é que os alunos terão seis matérias por dia, ao invés das atuais cinco, ficando mais tempo na instituição. Isso resultará em um crescimento de cinco aulas por semana.

Uma preocupação de pais e alunos desta e de outras escolas é que as alterações impostas pelo MEC forcem os estudantes a estudar em outros dias, como no sábado. No entanto, Leopoldo garante que essa situação está descartada. O diretor revela ainda que a escola irá adotar metodologias especiais para as aulas adicionais.

Das 3 mil horas previstas no Novo Ensino Médio, 1.800 vão ser destinadas para as disciplinas que são obrigatórias na base Nacional Comum Curricular e 1.200 horas serão destinadas para o aluno decidir, ou seja, itinerários formativos.

“O que nós temos que frisar para os pais e responsáveis é que este

acrécimo de aula não pode estar dentro da formação geral básica. Ou seja, essas cinco aulas a mais não podem ser da grade do Enem, que é história, geografia, matemática. Elas terão que ser o chamado itinerários formativos (...) não posso aumentar cinco aulas nessas áreas”, cita.

“O aluno vai passar mais tempo na escola, não só trabalhando aquelas matérias do Enem, mas vai estar trabalhando outros temas que podem reforçar a formação emocional dele. Então eu acredito muito nesse projeto do governo, que há mais de 20 anos vem se desenvolvendo. O aluno tem que passar mais tempo na escola”, completa.

Segundo Leopoldo, pais e mães precisam ficar atento se as mudanças serão, de fato, colocadas em prática, já que a adoção do Novo Ensino Médio é uma obrigação imposta pelo Ministério da Educação. A mudança só deve ser concluída daqui a três anos.

“Isso não é facultativo, é obrigatório (...) Essa é uma determinação do MEC, seja escola pública ou particular, no ensino médio para 2022 todas as escolas terão que adotar o novo método. Começando pelo primeiro ano [em 2022], em 2023 vai para o segundo ano e em 2024, já vai para o terceiro. Aí fecha o ciclo do ensino médio”, destaca.

IPVA E TAXAS

Quase dez mil trabalhadores de aplicativos estão amparados pela lei estadual que incentiva o uso do GNV, reduzindo gastos com combustíveis

Motoristas de app ganham alívio

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

Os motoristas de aplicativos que são proprietários de veículos que utilizam Gás Natural Veicular (GNV) estarão livres do pagamento do IPVA e taxas de certificações. A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e taxas aplicadas pelo Detran-MT devem gerar uma economia de R\$ 1,6 mil aos trabalhadores locais. De acordo com uma associação que defende interesses da classe, até dez mil trabalhadores serão beneficiados.

A lei 11.490 foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) que circulou nesta segunda-feira (30), e autoriza o poder Executivo a conceder isenção de IPVA e do pagamento das taxas de emissão de certificados de registro e licença veicular (CRV e CRLV) aos motoristas de aplicativo.

“É uma novidade e conquista que temos que comemorar. Ninguém tinha se deparado com situação como essa [alta dos combustíveis] para

validar esse pedido, que já foi um projeto de 2019 do deputado Wilson Santos, mas foi arquivado. Agora, em 2021, nós conseguimos colocar na pauta para ser apreciado, em razão da alta dos combustíveis, da taxa de conversão GNV e de documentos do veículo”, detalha Cleber Cardoso, presidente da Associação dos Motoristas de Aplicativo do Estado (Ama-MT).

A entidade que prevê que quase sete mil profissionais favorecidos, “podendo chegar a dez mil, que era o número de motoristas registrados antes da pandemia”.

Incessantes aumentos dos combustíveis, registrados desde o início do ano, tornaram a atividade inviável em várias regiões do país. Em Mato Grosso, trabalhadores de aplicativo iniciaram um “boicote” às duas principais plataformas que oferecem o serviço no país, com cancelamento de viagens sem lucro real aos motoristas e preferência para viagens com tarifas dinâmicas – quando o valor pago pelo usuário é maior, em períodos de maior demanda.

Essas e outras posturas foram adotadas, principalmente, pelos motoristas que abasteciam com etanol hidratado – o combustível com melhor custo-benefício para os consumidores, antes da chegada do GNV em Cuiabá.

Após regulamentação e contrato firmado com a Bolívia, a população passou a ter acesso a um combustível mais barato, que fez crescer o interesse por serviços de instalação do ‘kit gás’ nos veículos.

“Vimos que ficaria muito caro para os motoristas pagarem pela conversão, mais uns R\$ 400 reais em documentação e taxas. Por isso buscamos a Assembleia Legislativa e o deputado não mediu esforços para que ocorresse essa redução de custo”, recorda Cleber.

Até o dia 2 de agosto, o Departamento de Trânsito de Mato Grosso (Detran-MT) apontava uma frota de 758 veículos que utilizam o GNV no estado, mas o número está defasado, já que as certificações de veículos ficaram reduzidas com o início da pandemia.

A lei sancionada pelo governo estadual ainda requer regulamentação do Executivo para ser aplicada. Antes disso, a isenção deverá ser incluída na renúncia fiscal das LOA (Lei Orçamentária Anual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), para que assim seja publicado decreto com as regras de implementação.

De antemão, a norma permite a isenção do IPVA a veículos movido a GNV; com potência até 1,6 mil cilindradas (1.6); com placa do estado;



Somando imposto e outras taxas com certificações do Detran, economia para motoristas pode chegar a R\$ 1,6 mil

e que esteja registrado em nome de motorista de aplicativo ou de seu cônjuge receberão o incentivo.

Além disso, o Poder Executivo também poderá conceder a isenção das taxas de emissão do CRVe e CRLVe, vistoria

veicular e autorização para alteração de características dos veículos que realizarem a conversão GNV.

PREVISÃO DE DESCONTOS

O valor estimado da renúncia fiscal do Estado não foi divulgado pela Secretaria de Fazenda do Estado (Sefaz), que apenas informou, via assessoria, que os estudos apontam que o impacto não será grande.

Por outro lado, os motoristas de aplicativo ganham mais um incentivo para uso do GNV. Somente com a alíquota

deste ano do IPVA (2,5%), o proprietário de um veículo com motorização 1.6, avaliada em R\$ 54 mil, deixaria de gastar R\$ 1.350 com imposto. Se somado aos custos com emissões de certificados no Departamento de Trânsito (Detran-MT), a economia passa de R\$ 1,6 mil.

Hoje, a procura por serviços de conversão de

veículos para uso do GNV já gera filas de espera de mais de 20 dias. O gás combustível em Mato Grosso é o mais barato do Brasil, com preço médio de R\$ 2,86 o metro cúbico (m³). Em nenhuma unidade federativa o produto é vendido abaixo de três reais. O segundo estado com GNV mais barato é São Paulo (R\$ 3,29).

ORÇAMENTO 2022

Governo reduz rombo nas contas para R\$ 49 bilhões

Agência Brasil

A revisão para cima das estimativas de arrecadação no próximo ano fez a equipe econômica diminuir a estimativa de déficit primário para 2021. Segundo o projeto do Orçamento do próximo ano, enviado ao Congresso Nacional, a meta de resultado negativo

corresponderá a R\$ 49,6 bilhões para o Governo Central – composto pelo Tesouro Nacional, pela Previdência Social e pelo Banco Central.

O déficit será bem menor que o estipulado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022, sancionada na semana passada. A LDO estipula meta de R\$

170,5 bilhões para o próximo ano.

A proposta do Orçamento fixa que as estatais federais deverão encerrar 2021 com déficit primário de R\$ 2,6 bilhões e que os estados e os municípios também deverão obter déficit primário de R\$ 2,6 bilhões no próximo ano. O déficit primário repre-

senta o resultado negativo das contas do governo desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Este será o nono ano seguido em que a União gastará mais do que arrecadará. Desde 2014, o setor público registra déficits primários. O Orçamento de 2021 originalmente estipulava que o Governo Central tinha a obrigação de encerrar o ano com déficit de R\$ 247,1 bilhões, os estados e os municípios teriam de fechar o ano com superávit de R\$ 200 milhões, e as estatais

federais teriam de obter déficit de R\$ 4 bilhões.

No entanto, a recuperação da economia, com a arrecadação batendo recorde por meses seguidos, e a não repetição de gastos relacionados ao enfrentamento da pandemia de covid-19 fizeram o governo rever as projeções e estipular déficit menor que a meta para este ano. O governo projeta que a União fechará este ano com déficit de R\$ 155,1 bilhões, o equivalente a 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços pro-

duzidos), e que os estados e os municípios terão superávit de R\$ 29,3 bilhões (0,3% do PIB).

A redução da estimativa de déficit primário foi provocada pela revisão para cima das receitas para o próximo ano. A proposta do Orçamento de 2022 prevê receitas líquidas de R\$ 1,959 trilhão, alta de R\$ 186,3 bilhões em relação ao valor estipulado na LDO. As despesas foram calculadas em R\$ 1,646 trilhão, com alta de R\$ 25,5 bilhões na mesma comparação.

BOX PARA BANHEIRO

Qualidade em Vidros!
Segurança, Durabilidade,
Beleza e Conforto.



CASA DOS VIDROS

☎ 65.3642-3344

FAÇA HOJE MESMO
O SEU ORÇAMENTO!

SALÁRIO

Mínimo chega a R\$ 1.169 em 2022

Agência Brasil

A alta da inflação nos últimos meses fez o governo elevar a previsão para o salário mínimo no próximo ano. O projeto da lei orçamentária de 2022, enviado ao Congresso Nacional, prevê salário mínimo de R\$ 1.169, R\$ 22 mais alto que o valor de R\$ 1.147 aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A Constituição determina a manutenção do poder de compra do salário mínimo. Tradicionalmente, a equipe econômica usa o Índice Nacional de Preços ao

Consumidor (INPC) do ano corrente para corrigir o salário mínimo do Orçamento seguinte.

Com a alta de itens básicos, como alimentos, combustíveis e energia, a previsão para o INPC em 2021 saltou de 4,3% para 6,2%. O valor do salário mínimo pode ficar ainda maior, caso a inflação supere a previsão até o fim do ano.

CRESCIMENTO – O projeto do Orçamento teve poucas alterações em relação às estimativas de crescimento econômico para o próximo ano na comparação com os parâmetros da LDO. A projeção de crescimento

do PIB passou de 2,5% para 2,51% em 2022. Já a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como índice oficial de inflação, foi mantida em 3,5% para o próximo ano.

Outros parâmetros foram revisados. Por causa das altas recentes da Selic (juros básicos da economia), a proposta do Orçamento prevê que a taxa encerrará 2022 em 6,63% ao ano, contra projeção de 4,74% ao ano que constava na LDO.

A previsão para o dólar médio foi mantida em R\$ 5,15.

CRISE HÍDRICA

Sem chuvas, águas do Manso recuam 100 metros na faixa de areia, forçando empresários a se adaptarem “é a 1ª vez que vejo o lago secar assim”

Seca ameaça turismo no Manso

Gabriel Soares

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá

Da redação

A seca que atinge o Cerrado mato-grossense fez áreas turísticas do Lago do Manso aumentarem em mais de 100 metros as faixas de areia. O fenômeno é acompanhado de perto por moradores e empresários da região, que relatam presenciar, pela primeira vez em 21 anos, o recuo das águas. A redução do nível das águas fez aumentar o risco de navegação de alguns pontos da área alagada não desmatada, com o aparecimento de troncos de árvores e ilhas submersas.

Donos de marinas no Lago de Manso relatam que o nível da água diminuiu com maior intensidade nos últimos 12 meses. A região é uma das áreas do Cerrado mato-grossense prejudicado pela seca severa e pelas queimadas que ocorreram em 2020.

“Tem que chover. Só assim para melhorar. Estou aqui há 21 anos e é a primeira vez, desde a construção da hidrelé-

trica, que vejo o lago secar assim”, relata Altayr Fernandez, proprietário de uma das marinas instaladas na região.

No estabelecimento de Altayr a seca trouxe mudanças visíveis ao longo dos 200 metros da margem do rio que o empreendimento ocupa. “Antes da seca do ano passado, a distância da marina até a água era em torno de 50 a 60 metros. Agora, isso ampliou para uns 160 metros”, observa.

A seca do ano passado chegou junto com a crise ocasionada pela pandemia de covid-19. O espaço que antes acomodava até 500 pessoas nos finais de semana hoje oferta lazer para cerca de metade do público. “Muitos têm medo da pandemia, mas também há muita desinformação de que as areias estão sujas no Manso, mas não são em todos os estabelecimentos que isso acontece”, reclama.

A sujeira citada por Altayr são gravetos e resíduos que antes ficavam submersos no lago, mas voltaram à tona com a seca. “Aqui, a minha faixa de areia passa por limpeza para que não ocorra de alguém se machucar com algum graveto”.

O risco de queimadas também é uma ameaça que deixa os donos de negócios no lago de Manso atentos. Para reduzir o risco, proprietários realizaram o asseio no entorno dos imóveis. “Está tudo muito seco e temos que evitar o que aconteceu no ano passado”, recorda. Apesar dos ajustes do negócio, Altayr afirma que não reclama, “na minha praia estamos aplicando todas as medidas de biossegurança, mantemos o local limpo e a água está adequada para banho. A única coisa que espero é que essa chuva venha, acabe com essa poeira e recupere o rio”.

ATENÇÃO AOS NAVEGANTES

Proprietários de embarcações guardadas em marinas do Lago de Manso têm relatado alguns sustos durante a navegação. Áreas elevadas e troncos de árvores têm aparecidos em alguns pontos do lago. Segundo os moradores, são locais

em que haviam ‘ilhas’ e não foram desmatados antes da inundação. Com diminuição das águas do Lago, a embarcação pode encalhar e ter que ser puxada, sofrendo algumas avarias” alerta funcionário de uma das marinas instaladas no Manso.



Seca ameaça geração elétrica na Usina do Manso e força empresários do turismo a se adaptarem

Usina do Manso já opera no limite

Da redação

O volume útil do reservatório da Usina Hidrelétrica do Manso está perto do mínimo para manter as operações. Na última quarta-feira (31), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) constatou que o nível do alagado atingiu 279,40 metros, sendo que o mínimo para operação é de 278 m.

Nessas condições, a hidrelétrica realiza suas atividades usando apenas 14% do volume útil da usina. Conforme a concessionária responsável, Furnas, o volume útil é a diferença entre o

volume máximo de um reservatório e seu volume morto, aquela parcela que não pode ser utilizada. Ou seja, o volume útil é a parcela de água do reservatório que pode efetivamente ser usada para geração de energia.

A usina de Manso tem potência instalada de 210 MW. Além de atender a demanda por energia, a estrutura também ajuda a regularizar os ciclos de cheias e secas do rio Cuiabá.

Até o fechamento desta matéria a assessoria da Furnas não respondeu os questionamentos sobre as condições de operação da Usina de Manso.

TROCA DE EXPERIÊNCIAS

Empaer ajuda indígenas a produzir algodão colorido

Da redação

Os escritórios da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer/MT) de Canarana e Nova Brasilândia celebraram parceria com mulheres indígenas Bakairi com objetivo de fomentar a produção de sementes de algodão orgânico colorido. O resultado da parceria é auxiliar na melhoria da qualidade dos artesanatos produzidos e conhecidos nacionalmente.

São variedades melhoradas, adaptadas ao clima e solo da região, mais produtivas, de porte baixo, resistente a pragas e doenças se comparado com a atualmente cultivada o arboreo tradicional crioula.

A iniciativa denominada de intercâmbio, segundo o agente técnico da Empaer de Nova Brasilândia, José Carlos Pinheiro da Silva só foi possível devido à atuação direta dos dois escritórios em promover a parceria e a troca de conhecimento.

“O algodão orgânico colorido cresce tipo árvore e na região é usado pelas indígenas na produção de peças como redes, tapetes e outros artesanatos. Como estamos com dificuldade em desencarregar fizemos a parceria com as indígenas e juntos vamos além de fomentar, oportunizamos a elas no



Líder das artesãs Pakuera, Sergiane Taiuke com o técnico José Carlos Pinheiro da Silva

ano que vem mais uma fonte de renda com o resultado da colheita”, destaca ele.

Foram disponibilizadas as indígenas Bakairi da aldeia Pakuera, 12 sacos de plumas das variedades verde, vermelho rubi, marrom safira e marrom claro jade, com o compromisso de efetuarem a retirada das plumas manualmente das sementes.

Metade das sementes volta para Empaer de Canarana e as que ficaram na aldeia serão plantadas, cultivadas e posteriormente distribuídas para fomentar as atividades a todas as artesãs das demais aldeias indígenas Bakairi.

Atualmente são 10 aldeias, sendo uma no município de Planalto da Serra, aldeia Sawâpa e nove na cidade de Paranatinga, sendo elas: Pakuera ou Central, Aturua, Painkum, Kaiahoalo, Cabeceira do azul, Aki Ety, Alto Ramalho, Lahodo, Kuiakware.

Os Bakairi são grandes artesões de origem e tem no artesanato uma das suas importantes fontes de rendas e sobrevivência, na pintura em tecidos, madeira e algodão, fabricação de redes, tapetes, entre outros. Eles cultivam a própria lavoura de algodão para a confecção do artesanato no sistema tradicional.

TEMPESTADE PERFEITA

Preço do diesel voltará a subir

Da redação

O aumento da mistura de biodiesel no diesel, em setembro, formará uma “tempestade perfeita” para nova onda de aumento de custos, que recairá no bolso da população. A adição do biocombustível (diesel B) ao combustível fóssil (diesel A) passará de 10% para 12%, conforme estabelece última resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O percentual ainda está abaixo do mínimo previsto para o período, que seria de 13%, numa tentativa do governo de conter a alta do combustível.

Só que a valorização da soja, matéria-prima mais usada para produção de biodiesel, conseguiu superar o preço do barril do petróleo nos últimos 12 meses.

“Historicamente, um bushel de soja – cerca de 27 quilos –, custava em média nove dólares e, agora, custa quinze dólares. Então, quando olhamos para o biodiesel, composto da soja que está com preços nos Pirineus, e junta com o petróleo, que também subiu, cria-se uma tempestade perfeita dos combustíveis”, explica o economista Vivaldo Lopes.

Os reflexos do aumento da mistura podem gerar um ciclo vicioso de aumento de preços, que afeta, principalmente, o bolso dos brasileiros. A

alta do diesel elevará os custos com transporte e produção no país. Dentre os afetados por essa tempestade está o consumidor, que sentirá no “estômago” mais uma alta de preços dos alimentos.

“O próprio produtor de soja vai ter aumento de custos, pois precisa do diesel para os maquinários. Os caminhoneiros também dependem do diesel para transportar a produção. É aumento sobre aumento e ainda tem o câmbio sobre isso”, pontua.

Apesar de a mistura do biocombustível ser pequena, seu peso na composição do preço final é três vezes maior que o fóssil. Conforme dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), nos meses de setembro e outubro o litro do biodiesel custará R\$ 5,658. O valor deve ficar 3,1% maior que o período anterior (julho-agosto), quando o litro entregue era R\$ 5,485. Os valores não consideram a margem das distribuidoras que adquirem o produto e realizam a mistura.

Segundo o Sindipetróleo (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Mato Grosso), a adição de mais 2% de biodiesel no diesel, nos patamares de preços atuais, deve resultar em uma alta de R\$ 0,07. “Mas há distribuidoras repassando aumentos de

R\$ 0,15 aos postos, conforme relatos de revendedores mato-grossenses”, afirma a entidade.

“O óleo vegetal tem peso importante no preço do produto ao consumidor. Só depois da combinação é que o óleo diesel, já misturado, chega aos postos. O patamar atual do litro de biodiesel nas usinas está custando quase três vezes mais do que o diesel de petróleo vendido pelas refinarias da Petrobras, onde o produto é comercializado a R\$ 2,80. Numa comparação rápida, o óleo vegetal custa mais que o litro de diesel nas bombas, isso já contabilizando impostos e margens de lucro de postos e distribuidoras”, calcula o Sindipetróleo.

De acordo com a Resolução CNPE nº 16/2018, o biodiesel deve ser adicionado ao ‘óleo diesel A’ de modo que o volume total de ‘óleo diesel B’ presente, no mínimo, 13% de biodiesel, respeitando o limite máximo de 15% de acordo com a Resolução CNPE nº 16/2018.

Com a pandemia e o aumento no preço das commodities agrícolas, o percentual da mistura caiu para 10%. No entanto, o governo federal determinou no último leilão de biodiesel que a cota mínima voltasse para 12%, considerando “o arrefecimento da tendência de aumento do preço do biodiesel”.